



**Temas Atuais de  
Direito  
Empresarial**

**Henrique  
Avelino Lana**

*Apresentação por:  
César Fiuza*

*Prefácio por:  
Eduardo Goulart Pimenta*

*Pós-fácio por:  
Rodrigo Almeida Magalhães*



*Temas Atuais de*  
***Direito***  
***Empresarial***



*Temas Atuais de*  
***Direito***  
***Empresarial***

**HENRIQUE  
AVELINO LANA**



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2018, Henrique Avelino Lana.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Leticia Robini*

**Diagramação**  
*Bárbara Rodrigues da Silva*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

LANA, Henrique Avelino.

Temas Atuais de Direito Empresarial - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-386-9

1. Direito. 2. Direito Empresarial. I. Título.

CDU346

CDD341.378

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>11</b>
<b>1. ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E SUA RELAÇÃO INTERATIVA COM O DIREITO DE EMPRESA, RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA</b> .....	<b>13</b>
1. Introdução.....	13
2. A lei de recuperação de empresas em crise e a falência, seu sentido, princípios e evolução.....	15
3. Necessária compreensão da Lei 11.101/05 via Análise Econômica do Direito.....	26
4. Conclusão.....	47
Referências.....	48
<b>2. REFLEXÕES E CONSTATAÇÕES FÁTICAS APÓS MAIS DE 10 ANOS DE VIGÊNCIA DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS</b> .....	<b>57</b>
1. Introdução.....	57
2. A relevância da empresa enquanto atividade: do Decreto Lei 7661/45 até a Lei 11.101/05.....	60
3. Uma reflexão construtiva, doutrinária e jurisprudencial após mais de 10 anos de vigência.....	71

4. Apontamentos práticos e fáticos que ensejam reflexões e ponderações ao texto normativo.....	81
5. Conclusão.....	90
Referências.....	91
<b>3. O COMPLEXO DE BENS UTILIZADOS PELO EMPRESÁRIO EM SUA ATIVIDADE ECONÔMICA: O ESTABELECIMENTO.....</b>	<b>103</b>
1. Introdução.....	103
2. O complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.....	104
3. O estabelecimento por uma abordagem econômica e dinâmica, e não apenas estática.....	118
4. Conclusão.....	125
Referências.....	126
<b>4. SOCIEDADES LIMITADAS, O CAPITAL E SUAS DIMENSÕES ECONÔMICAS .....</b>	<b>133</b>
1. Introdução.....	133
2. O capital social.....	134
3. O patrimônio líquido.....	138
4. O estabelecimento empresarial.....	141
5. O aviamento e o potencial do estabelecimento de gerar resultados econômicos.....	162
5.1. O aviamento: essência e natureza jurídica.....	171
6. Conclusão.....	177
Referências.....	178
<b>5. A PROBLEMÁTICA APURAÇÃO JUSTA DE HAVERES EM CASO DE ENCERRAMENTO DO VÍNCULO SOCIETÁRIO.....</b>	<b>185</b>
1. Introdução.....	185
2. Questão presente no dia a dia da população leiga em geral.....	189

3. Problematização do tema: embate jurisprudencial e doutrinário pertinente.....	191
4. Da aplicação da Análise Econômica do Direito ao tema.....	196
5. Conclusão.....	209
Referências.....	210
<b>6. AS SOCIEDADES LIMITADAS MEDIANTE UMA COMPREENSÃO ECONÔMICA.....</b>	<b>215</b>
1. Introdução.....	215
2. As sociedades limitadas.....	216
3. Uma compreensão econômica e eficiente.....	222
4. Conclusão.....	235
Referências.....	236
<b>7. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES EMPRESARIAIS E A IMPORTÂNCIA DE MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE NEGOCIAL.....</b>	<b>241</b>
1. Introdução.....	241
2. O tema, sua imperiosidade e relevância.....	243
3. A função social da empresa.....	247
4. O princípio da preservação da empresa.....	249
5. O contrato plurilateral.....	250
6. O Decreto 3.708/1919 e a dissolução de sociedades.....	254
5. Conclusão.....	257
Referências.....	257
<b>8. O EMPRESÁRIO E AS DEMANDAS JUDICIAIS: A UTILIZAÇÃO DO DANO EFICIENTE.....</b>	<b>261</b>
1. Introdução.....	261
2. Um pouco sobre os juizados especiais cíveis.....	262
3. Algumas reflexões sobre as relações de consumo.....	266
4. Da Análise Econômica do Direito – AED (Law and Economics).....	268
5. Contratos de consumo e a Análise Econômica.....	271
6. Dano eficiente.....	276

7. Repercussão econômica das decisões nas relações de consumo.....	279
8. As relações de consumo e suas novas perspectivas.....	283
Conclusão.....	287
Referências.....	288

**9. APONTAMENTOS SOBRE A SAÍDA E EXCLUSÃO DE SÓCIOS..... 291**

1. Considerações iniciais.....	291
2. Recesso ou retirada dos sócios.....	292
3. A exclusão de sócios.....	296
4. Exclusão extrajudicial de sócios.....	299
5. O dever de colaboração entre os sócios.....	301
6. Exclusão: formas judiciais.....	303
7. A exclusão de pleno direito.....	305
8. Exclusão por motivo contratual.....	308
9. Considerações finais.....	310
Referências.....	311

**POSFÁCIO..... 315**

## APRESENTAÇÃO

As diversas transformações socioeconômicas que atingiram as sociedades ocidentais no último século evidenciaram a necessidade de uma reformulação da noção de comércio e de sua disciplina legal.

A liberdade absoluta mostrou-se um poderoso instrumento de opressão e de exploração daqueles em situação de inferioridade econômica. Na medida em que as pessoas que contratam são economicamente diferentes e possuem necessidades diferentes, é esperável que o acordo, se deixado apenas à autonomia da vontade delas, seja desproporcional. Grosso modo, se de um lado existe alguém que necessita contratar – não tendo outra opção – indubitável estar disposto a se submeter à situação que não lhe seja muito vantajosa – para não dizer prejudicial. Ônus apenas para uma parte e lucro exagerado para a outra. Assim, a escassez dos postos de trabalho fez o empregado ceder aos penosos desígnios do empregador; o déficit habitacional dos centros urbanos fez o locatário sucumbir aos devaneios gananciosos do locador, a essencialidade, real ou ilusória, dos produtos e serviços lançados no mercado fez o consumidor se submeter aos parâmetros abusivos impostos pelo fornecedor.

A revolução tecnológica contribuiu para a despersonalização do contrato e da empresa. O diálogo perde espaço para o silêncio, pois as pessoas não mais se conhecem, nem se identificam ou se encontram. É frequente a situação na qual a oferta é constituída pela presença de uma máquina distribuidora de bens de consumo, enquanto a aceitação é manifestada pela simples inserção de moedas em orifício adequado. Também é corriqueira a situação na qual a oferta é constituída por uma série de imagens e informações alocadas em ambiente virtual, enquanto a aceitação se realiza pela simples digitação em teclado de computador.

O aperfeiçoamento da produção industrial em larga escala projetou a estandardização dos contratos, especialmente por meio do emprego de cláusulas contratuais gerais. O diálogo perde espaço para o monólogo, pois apenas um dos contratantes cuida da regulamentação do conteúdo e dos efeitos do contrato, restando ao outro a possibilidade da simples adesão mecânica ao esquema formulado.

A sociedade pós-industrial, caracterizada pelo extraordinário incremento quantitativo das operações econômicas, verificado a partir da produção e do consumo em massa, exigiu que os expedientes empresariais fossem mais simples, ágeis e seguros, determinando a redução da importância do indivíduo.

O traço característico da empresa contemporânea parece-nos ser, então, a sua progressiva objetivação.

Interessante perceber que o processo de objetivação da empresa é acompanhado por uma crescente intervenção estatal na sua disciplina legal.

Não mais vinga o raciocínio segundo o qual todos os homens possuem condições para, por si só, zelarem pelos seus direitos. Não mais vinga a ideia de que o poder de barganha de todos seja o mesmo e que, por isso, qualquer avença lhes seja vantajosa. O legislador, então, se propõe a restringir e regular, por meio de normas imperativas, o espaço antes reservado ao livre jogo do mercado, instituindo como diretrizes para a nova imagem da empresa a boa-fé objetiva e a função social.

É nesse sentido que caminha a obra que me honra apresentar. Henrique Avelino Lana é Doutor em Direito Privado pela PUCMG, professor universitário e advogado atuante.

O autor abre sua obra com uma visão primorosa da análise econômica do Direito Empresarial. Trata-se de texto único em seu gênero, exatamente por analisar as relações empresariais tanto do ponto de vista material, quanto processual. Único em seu gênero e inovador na abordagem. De leitura agradável, conduz o leitor a conclusões firmes, assentadas em forte doutrina e excelentes argumentos. É livro que não pode faltar nas boas estantes jurídicas do país.

Recomendo.

*César Fiuza*

Doutor em Direito pela UFMG. Professor de Direito Civil na PUCMG, na UFMG e na FUMEC. Professor colaborador na FADIPA. Advogado e consultor.

## PREFÁCIO

Tive a imensa satisfação de ser orientador do Professor Henrique Avelino Lana tanto no seu curso de Mestrado quanto de Doutorado, ambos concluídos, com inegável sucesso, no Programa de Pos Graduação em Direito da PUCMINAS.

Sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, ambas dedicadas ao estudo do Direito Privado e, especificamente, à regulação jurídica da empresa, são referências seguras para aqueles que desejam aprofundar seus estudos na área.

Vale ainda ressaltar, por justo, que o Professor Henrique Avelino Lana é hoje, sem dúvida, parte importante na construção da doutrina, respeitado por seus colegas e admirado pelos alunos.

Seja na atividade de magistério, pesquisador ou advogado, destaca-se pela humildade, seriedade e competência que demonstra na abordagem de diferentes questões referentes à empresa e seu regime jurídico, como se poderá, mais uma vez, comprovar no presente texto.

Enfim, nada mais resta senão saudar a chegada da obra à publicação e aguardar que a mesma seja, como se deve, ser reconhecida como importante marco no estudo do Direito Empresarial.

Belo Horizonte, Agosto de 2018.

*Eduardo Goulart Pimenta*

Professor Adjunto de Direito Empresarial da Faculdade de Direito da UFMG e PUCMINAS

Doutor e Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da UFMG

Procurador do Estado de Minas Gerais  
Advogado

Confio que o esforço que se foi realizado na releitura do Direito Empresarial, visando a sua readequação aos tempos atuais e futuros, seja reconhecido nesta obra, a qual oportuniza à comunidade jurídica reflexões levadas a efeito com seriedade, competência acadêmica e lucidez, refletindo aprofundamento e problematização do discurso jurídico. A obra de Henrique Avelino Lana reveste-se de inegáveis méritos e qualidades, com alta relevância expositiva e didática, fazendo com que sua leitura e estudo sejam de todo recomendáveis

*Prof. Dr. Rodrigo Almeida Magalhães*

---

(...) Vale ainda ressaltar, por justo, que o Professor Henrique Avelino Lana é hoje, sem dúvida, parte importante na construção da doutrina, respeitado por seus colegas e admirado pelos alunos. Seja na atividade de magistério, pesquisador ou advogado, destaca-se pela humildade, seriedade e competência que demonstra na abordagem de diferentes questões referentes à empresa e seu regime jurídico, como se poderá, mais uma vez, comprovar no presente texto. Enfim, nada mais resta senão saudar a chegada da obra à publicação e aguardar que a mesma seja, como se deve, ser reconhecida como importante marco no estudo do Direito Empresarial.

*Prof. Dr. Eduardo Goulart Pimenta*

